

5 Considerações finais

Ao considerar a política à luz do acontecimento, colocamo-nos diante de uma dupla criação, uma dupla individuação, um duplo devir (a criação de um possível e sua efetuação), que se confronta com os valores dominantes. É aqui que se introduz o conflito com aquilo que já existe. As novas possibilidades de vida entram em choque com os poderes organizados e constituídos, mas também com aquilo que estes mesmos poderes tentam organizar a partir da abertura constituinte.

(Lazzarato, 2006, p. 13)

No decorrer deste trabalho foi realizado um esforço no sentido de se refletir acerca de algumas questões relevantes presentes na sociedade brasileira. Na realidade, os temas aqui discutidos possuem uma dimensão global, visto que perpassam várias sociedades e assumem características distintas em cada contexto social.

Atualmente, as discussões acerca do racismo e sexismo estão presentes não apenas no Brasil, embora tenham conotações específicas de acordo com o contexto de cada sociedade em que o debate é realizado. É importante destacar este aspecto para que não se caia na armadilha de pensar que estes são temas que se circunscrevem ao território nacional. Na verdade, eles estão em todos os lugares.

Talvez estes sejam os aspectos que permitem perceber com absoluta nitidez as dinâmicas do Império. Não existe mais um fora. O pensamento da dependência já não é capaz de explicar os fenômenos que classicamente foram negados ou marginalizados para a dimensão meramente cultural (até porque a cultura é um termo polissêmico que assume conotações variadas).

É preciso reconhecer que os paradigmas hegemônicos da modernidade ruíram. As dicotomias, binarismos e ideologias, não são mais suficientes para sustentar uma explicação razoável da complexidade social contemporânea. Impõe-se a interdependência. Não existe mais um fora, pois o Império e suas dinâmicas são a realidade do presente (Negri, 2001).

A multidão emerge como sujeito do Império e com sua multiplicidade de singularidades desejam a construção de outro mundo possível (ou seria melhor dizer, outros mundos?). Emerge das sombras e assumem as mais variadas formas e sentidos. Desafiam os resquícios da antiga ordem, tornando-a híbrida. Afirmam que só há uma alternativa: a compossibilidade.

Marx havia dito que o escravo é um homem da raça negra. Gayle Rubin perguntou: o que é uma mulher domesticada? É a fêmea da espécie. É um bem. É o outro. A mulher é uma mulher.

Fanon afirmou que o negro não é um homem. Sustentou que por diversos processos encontrava-se preso ao seu corpo, em uma zona de não-ser. O negro é um homem negro. Está preso ao seu corpo e ao passado. Diante disso, a questão que se coloca é: Mas, o que é a negra? Seu destino é apenas ser uma mulher negra? Como se tornar “mulher negra”? Será que isto vislumbrado?

Assim, o recorte do tema aqui tratado buscou refletir sobre as práticas discursivas que inscrevem a(s) mulher(es) negra(s) em um lugar “natural” dentro da sociedade brasileira. Estas reflexões não fugiram às experiências, à trajetória acadêmica, profissional e pessoal da pesquisadora. A neutralidade científica, a preocupação com o *status* de cientificidade exigido pelo cânone encontrava-se definitivamente comprometido.

Neste sentido, o “discurso do método” proposto por Negri (2003) iluminou a questão, pois ao definir que não existe mais um fora que possibilite um distanciamento adequado do objeto estudado (e/ou dos sujeitos), contribuiu para que se esvaíssem tais preocupações. De fato, como se pode manter este tal distanciamento ao se estudar aquilo que se vive, aquilo de que se fala? Aquilo que faz parte da experiência cotidiana da pesquisadora?

Além disso, ao se pensar na linguagem e no discurso, a fala se tornou algo essencial para uma maior compreensão dos processos aqui estudados. As práticas discursivas representaram um importante mecanismo para a apreensão dos processos de subjetivação. Neste ponto, a filosofia foi uma das principais fontes de análise das referidas práticas.

O questionamento da metafísica ocidental, bem como, da forma como seus discursos contribuíram para uma divisão sexualmente hierarquizada do mundo foram primordiais para se compreender o processo de surgimento do feminismo e de um discurso próprio.

Esse discurso ainda se encontrava preso (e pode-se dizer que apesar dos esforços realizados por muitas pensadoras, ainda se encontra) às matrizes de uma divisão binária do mundo, em que as mulheres eram (e, na maioria das vezes ainda se encontram) excluídas da cultura.

Dessa forma, a retomada das ondas do feminismo e das principais demandas apresentadas em cada uma delas, foi importante para entender de que forma muitas vezes eram perpetuados os fundamentos misóginos de compreensão e organização do mundo.

A irmandade sustentada em termos de um discurso baseado no ideal de sororidade, no qual a unidade era fundada em uma identidade biológica, antes reforçava do que rompia com a idéia dicotômica de que as mulheres estavam destinadas à natureza, ao passo que os homens eram destinados à cultura.

Além disso, apesar da categoria gênero ter representado um avanço para o questionamento da “mulher” como unidade imutável e definida desde sempre, por outro lado, foi questionada por inúmeras feministas.

Algumas argumentaram que o gênero como categoria relacional em que a compreensão foucaultiana do poder propicia uma ruptura com a perspectiva da dominação sustentada pelas teorias que se baseiam no patriarcado, retirava das mulheres o protagonismo político tão caro ao feminismo. Outras defendiam que ele encobria as inúmeras diferenças existentes entre as mulheres.

Contudo, as críticas mais agudas realizadas em relação ao gênero dizem respeito à forma com que reafirma as leituras antropológicas sobre as estruturas das relações de parentesco e do incesto do tabu, na medida em que as análises realizadas a partir deste paradigma não levam em consideração que nem todas as mulheres estão inseridas da mesma forma neste sistema.

Ao se considerar o gênero como construção social do corpo, deixava-se entrever que o corpo era algo preexistente à cultura. Dessa maneira, a natureza deixava de ser o destino, mas a cultura ocupava este papel determinista. Ou seja, o sistema sexo/gênero não rompia completamente com a lógica binária.

Questionava-se também, outro aspecto do sistema de parentesco, pelo fato de que ao tratar a mulher como presente, reforça a heteronormatividade na medida em que a mulher vive sua sexualidade para o Outro, a fim de ser inserida neste esquema de organização da social.

E assim, o processo de identificação, tal como proposto por Freud e atualizado por Lacan, é criticado na medida em que reafirmam a rejeição de outras sexualidades que não correspondam ao par homem/mulher. Esta crítica é importante para demonstrar que pode ser instaurada uma hierarquia de gênero que se julga enfrentar. Foi criticada, ainda, a atualização do corpo enquanto lugar natural da mulher, tal como elaborada pela filosofia ocidental desde a Antiguidade.

Além disso, a noção de abjeto contribuiu para se compreender como esse corpo naturalizado apesar de existir, delineia um “não-eu” que conforma identidades hegemônicas organizadas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade, a partir de um processo de expulsão e repulsa.

Neste sentido, o abjeto pode ser entendido como o processo que torna o negro, um homem negro e a negra, uma mulher negra. O abjeto auxilia na compreensão da materialidade de um corpo que existe, mas não tem legitimidade política, ao qual não se atribui ontologia.

Então, o desafio colocado é pensar o *devir “mulher negra”*, como uma proposta biopolítica, de resistência e materialista naqueles termos destacados por Negri. Mas, como pensar um sujeito capaz de subverter a ordem do gênero e da raça?

Esta proposta também se deve ao fato de que ao ser naturalizada por meio das práticas que conformam os discursos racistas e sexistas, as mulheres negras não são pensadas em termos epistemológicos. E, dessa forma, as relações existentes entre poder e produção de verdade são desveladas.

Isto porque, os estudos que descrevem as experiências das mulheres negras, ou as apresentam apenas como vítimas (o que contribui para reificar aquele lugar natural a ser desempenhado na sociedade), ou como rainhas e guerreiras (herdeiras de um passado há muito esquecido). Aqui a dialética é reafirmada.

Contudo, é preciso avançar. Não se trata de esquecer o passado, mas simplesmente de não se tornar escravo de uma história da escravidão. Fanon já afirmava a necessidade de ruptura com a transcendência. A relação obrigacional (base da sociedade moderna) que sempre pressupõe um credor e um devedor deve ser repensada.

Não é esse mesmo contrato que funda as relações mais vis e desumanas? É preciso refletir seriamente sobre esta questão. É preciso entender que a resistência, a luta deve buscar mais do que a “inclusão social” em um sistema extremamente desigual. Um sistema que reafirma cada vez mais a materialidade abjeta do corpo. Mas como o corpo pode tornar-se carne?

Diante deste contexto de descentramento do sujeito (Hall, 2006), a identidade é questionada. A partir de que sujeito se pode pensar a ação política? Qual identidade a ser considerada? Qual proposta identitária? A identidade deve ser abandonada como estratégia de ação política?

A identidade pautada em uma estabilidade que se baseava em comunidades imaginadas já não subsiste. As fronteiras se deslocaram. Assim, pensar em termos de imperialismo é um erro. É preciso abrir-se para o mundo, crioulizar-se, ir de encontro à Relação, tornar-se híbrido. Aceitar o desafio de se abrir ao outro sem deixar de ser si mesmo. Mas deixar de ser, já não pressupõe algo predefinido?

Como ultrapassar o ser em um contexto em que o mundo se torna cada vez mais “feminizado” e “racializado”? Não significa isto um retorno triunfante do determinismo biológico, em que a natureza é o único destino?

A compreensão do racismo enquanto prática discursiva que se alia à biologia ou, ainda, como neurose, impõe inúmeros desafios ao seu enfrentamento. A negação do racismo é o mecanismo de defesa mais comum. No Brasil, mas também em outras partes do mundo, ganha proporções extremamente graves, na medida em que contribui para se perpetuem as desigualdades sociais.

E por que refletir sobre estas questões a partir do setor bancário brasileiro? Que relação se estabelece entre ontologia, epistemologia e trabalho? Que relação é essa existente entre racismo e sexismo neste contexto? Que subjetividade se forma através de processos de subjetivação atravessados por um conjunto cada vez mais modulado de dispositivos do poder? Qual resistência é possível? Será que só existe a barbárie, como muitos sustentam?

Neste sentido, o setor bancário se apresenta como um exemplo interessante para a compreensão dos conflitos que existem nas sociedades contemporâneas, onde tudo é ambíguo e nada é definitivo. É preciso olhar para além da obviedade dos processos de reestruturação produtiva. É preciso se voltar para o sujeito da ação.

Compreender a complexa processualidade histórica do presente a partir de “outro olhar” que ainda é rejeitado por boa parte da esquerda, principalmente, a latino-americana. Um olhar que não deve ser confundido com o discurso pós-moderno do fim da história e do trabalho, mas que se abre para a hibridização, para uma perspectiva materialista que apreenda e inclua as demandas, os desejos que circulam na sociedade. Então, é preciso pensar em termos de composição de classe.

É preciso avaliar os processos sob uma perspectiva que rejeite um para e que proponha uma ruptura radical com a dialética. Com aquela dialética que só enxerga o inferno catastrófico, a barbárie ou o paraíso, onde o céu é o limite. É preciso compreender estes tempos a partir das pequenas resistências, dos conflitos travados no cotidiano.

Urge apreender os diversos dispositivos que capturam aquela face do trabalho imaterial realizado, principalmente pelas mulheres. É preciso liberar dos dispositivos das sociedades de controle, o potencial subversivo, biopolítico do trabalho afetivo.

A partir destes aspectos é que se procura investigar seus efeitos no setor bancário do município do Rio de Janeiro. Descobre-se que a ausência do registro pode revelar mais do que se supõe. Revela as lutas entre a ordem estabelecida e os germes de outras possibilidades que se descortinam.

Ao serem analisados os discursos de mulheres negras no setor bancário a partir de seus lugares de enunciação, é percebida a ambigüidade dos processos de identificação. A variação entre uma subjetividade ainda forjada pela idéia de homogeneidade e certa abertura para a multiplicidade. A fala revela uma indecisão entre essencialismo e hibridismo.

É revelado um processo que, por um lado, ainda parece confirmar a hipótese de Fanon de que o negro está preso à sua negrura e de uma naturalização da mulher negra. Por outro lado, tudo isto se mescla aos dilemas, aos erros e acertos da resistência cotidiana.

Busca-se romper com o racismo e o sexism, ainda que por vias transversais. Procura-se conjugar a resistência com as de outros movimentos sociais. Tudo isso se confunde, faz parte dos processos de subjetivação e confundem-se com eles.

Torna-se evidente que para as mulheres negras, o trabalho assume conotações distintas daquela saída descrita por Perrot (1991), pois não significa apenas a conquista do direito de ir e vir livremente. Significa uma parte importante de sua entrada naquela ontologia da qual se falou anteriormente. Significa deixar de ser apenas mulher negra e tornar-se, *devir “mulher negra”*.

Devir “mulher negra” é se libertar das armadilhas transcendentais que a aprisionam em seu corpo e direciona sua luta a partir passado. É preciso ir além, pois o passado não deve ser um valor intrínseco em si mesmo. Como afirmava Fanon, o passado deve ser tomado ou condenado através de escolhas sucessivas, pois somente através da luta é que se constrói outro presente.

Devir “mulher negra” significa radicalizar a proposta de Fanon. Descobrir-se no mundo e se reconhecer com um único direito, o de exigir do Outro um comportamento humano.